



ARGENTINA DE VOLTA AO FMI. NEOLIBERALISMO, CRISE E DISPUTAS SOCIAIS



Dossiê #10 do Tricontinental
Novembro de 2018

Argentina no Fundo

Nos primeiros dias de maio de 2018, diante das dificuldades de conter o aumento do preço do dólar, o presidente argentino, Mauricio Macri, anunciou publicamente o início das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A Argentina voltou a buscar um acordo com o FMI após 15 anos desde a última vez. Essa decisão também implicou em pôr fim a um primeiro período da política governamental promovida desde o final de 2015, batizada de “gradualismo”.

Entretanto, a negociação com o FMI, longe de resolver a crise, aprofundou-a. Entre maio e outubro, o peso argentino desvalorizou quase 100%; a inflação acelerou, superando em setembro o recorde de 2002 e o ano de 2018 poderá superar os níveis de 1991, antes da instalação da conversibilidade; a atividade econômica entrou em colapso e entrou em uma recessão cada vez mais acentuada; a pobreza, o desemprego e precarização no trabalho aumentaram; e o ajuste dos gastos públicos nas áreas sociais acelerou, contribuindo para a deterioração da educação, saúde e desenvolvimento produtivo soberano. A Argentina afundou no pântano de uma nova crise econômica e social que lembrou as outras de um passado recente.

Sob o desdobramento da crise, em junho foi aprovado um primeiro *stand-by* com o FMI e, em setembro, após uma nova

desvalorização, em caráter emergencial foi renegociado o acordo que ampliou o financiamento e o aprofundou. Entre eles, o governo se comprometeu a eliminar drasticamente o déficit fiscal primário, a supressão dos Ministérios da Saúde e do Trabalho, reduzindo-os à categoria de secretarias e se comprometeu a reduzir a questão monetária a zero, entre outras medidas.

A produtividade da crise para acelerar as políticas de ajuste não poderia ser mais evidente. A crise societária que a aplicação dessas políticas gerou, construiu as condições para aprofundar esse mesmo caminho. Para muitos, isso é uma característica do neoliberalismo.

Mas a dinâmica da crise também envolveu outras dimensões e processos: rearranjos nas instituições estatais e representações políticas; nos setores dominantes; no fazer e pensar os assuntos populares; no conflito social e político. Este dossiê produzido pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social reflete sobre as diferentes dimensões da crise, as disputas e os horizontes que ela suscita. No final, você pode consultar outras referências que servem para aprofundar essas declarações.



Wacha

O governo de Cambiemos e a construção da crise

Em dezembro de 2015, Mauricio Macri assumiu a presidência após doze anos dos governos neodesenvolvimentistas de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner. No contexto da ofensiva neoliberal que vem se desenvolvendo nos últimos anos na nossa América (ITIS BsAs, 2018, Seoane, 2018), a mudança conservadora na Argentina ocorreu por meio das eleições. Isso também marcou uma novidade na história do país. Pela primeira vez, por sufrágio universal e secreto uma aliança político-partidária colocou sujeitos ligados principalmente a grandes empresas em postos de controle do aparelho de Estado, por isso, seu governo foi apelidado de “ceocracia” (Katz, 2015). O novo nesta direita também foi expresso no apoio da grande mídia e no uso de modernas tecnologias de propaganda, o marketing e as redes sociais; para isso contou com a intervenção de *Cambridge Analytica* na campanha de 2015. Além disso, ao contrário dos anos 90, a implementação das mudanças políticas neoliberais não aconteceu em um contexto global de aumento dos fluxos de atividades financeiras, de investimento comerciais, presentes na chamada globalização após a queda do Muro de Berlim, nem implica uma derrota anterior ou uma profunda desestruturação dos sujeitos subalternos.

Isso explica as particularidades que assumiram a direção do novo governo em seu primeiro período. Assim, a queda do poder de compra dos salários em 2016 foi importante, mas

não drástica (média de 6%) e o crescimento da desigualdade, pobreza e desemprego surgiram mais como resultado da inflação (que atingiu 40,3%) e a recessão (-2,3% do PIB) ou como responsabilidade do governo anterior como resultado inevitável das medidas oficiais de desregulamentação da taxa de câmbio, fluxos financeiros e comerciais e preços. Na mesma linha, a reforma tributária a favor do grande capital (redução ou eliminação de retenções nas exportações) e o pagamento aos fundos especulativos transnacionais detentores dos títulos de dívida foram financiados com um aumento significativo da dívida externa. Isso permitiu que o Estado mantivesse as políticas sociais anteriores sem grandes cortes e adiasse as transformações estruturais mais agressivas exigidas pela agenda neoliberal.

Da mesma forma, beneficiou também as atividades extrativistas, simbolizadas nas reiteradas menções ao campo (especialmente a grande agricultura transgênica) e a exploração de hidrocarbonetos não convencionais (fracking) na Serra da Vaca Muerta, da província de Neuquén, considerados como um dos motores do suposto desenvolvimento econômico e a atração de investimentos. Dessa forma, os principais beneficiários dessas políticas permitem identificar os setores dominantes do bloco no poder: o sistema financeiro; as corporações (transnacionais e locais) do setor energético; o agronegócio e o extrativismo em geral; incluindo alguns grandes grupos econômicos locais, particularmente os conglomerados de mídias.

Uma melhora da situação econômica durante 2017 (estimulada,

entre outros fatores, pelo crescimento nos gastos públicos) e uma campanha eleitoral veiculada pela grande mídia e pelas redes sociais, baseada na diferenciação do governo anterior (apresentado como autoritário e corrupto), permitiu que o partido no poder ganhasse as eleições parlamentares em outubro. Nos dias que se seguiram ao triunfo, o presidente Macri anunciou uma série de reformas legislativas e regulatórias ambiciosas – no trabalho, na previdência social, tributária, eleitoral e da justiça – destinadas a avançar mais profunda e rapidamente a agenda neoliberal. No entanto, de todas essas reformas, a única que obteve aprovação parlamentar em dezembro de 2017 foi a reforma previdenciária. Isso desencadeou um marco de mobilizações e protestos em massa, violenta repressão policial e uma verdadeira batalha que assolou nas imediações do Congresso. Naqueles mesmos meses, as agências financeiras internacionais começaram a alertar para as limitações crescentes em sustentar o ritmo da dívida externa dos chamados países emergentes e particularmente o da Argentina, em um contexto de redirecionamento dos fluxos financeiros para os Estados Unidos. Seis meses depois, a economia argentina entrou num ciclo sustentado de desvalorização do peso, fuga de capitais e inflação que pôs fim ao “gradualismo” para promover as condições de um choque de ajuste.



Bárbara Leiva/Patria Grande

O ciclo de especulação financeira, a crise e o FMI

O “gradualismo” não só aprofundou os problemas econômicos já presentes no governo anterior (inflação, déficit fiscal), mas também acentuou o estrangulamento externo do país. Contrariando as promessas de se tornar o supermercado do mundo, a liberalização e a desregulamentação do setor externo levaram a um aumento das importações que culminou a um dos maiores déficits comerciais da história. Na mesma direção, ao contrário das promessas de chuvas de investimento, o aumento da remessa de lucros por empresas estrangeiras e a fuga de capitais alimentada pela especulação aprofundaram o déficit na balança de pagamentos.

Diante desses processos, o crescimento da dívida externa desempenhou um papel central para evitar durante um tempo três tipos de consequências: a queda das reservas do Banco Central; conter as expectativas de desvalorização; e fornecer apenas dólares para validar a fuga de capital e cobrir o déficit fiscal. Nesse sentido, entre 2016 e 2017 a dívida externa aumentou substancialmente, atingindo 53% do PIB. Assim, foi construída uma bomba econômica que poderia explodir a qualquer momento, enquanto as políticas de liberalização e desregulamentação privaram o Estado das ferramentas para controlá-la.

Em abril de 2018, finalmente o pavio da bomba acendeu.

O aumento anunciado na taxa de juros dos Estados Unidos acabou gerando uma série de corridas de câmbio frente ao dólar que impôs uma desvalorização do peso. Depois de intervenções descoordenadas e malsucedidas do Banco Central (que envolveram uma perda considerável de reservas), o governo decidiu ir ao FMI em maio. Nesse sentido, a crise não foi o resultado de uma tempestade externa, como o governo pretendia justificar, mas uma política que aprofundou os problemas estruturais do capitalismo dependente com base em uma série de mudanças em benefício do capital mais concentrado.

Por outro lado, a negociação com o FMI não se referia à imposição de uma política de ajuste rechaçada pelo governo, ainda que supusesse mudanças de poder internas dentro dele. Assim, por exemplo, o pré-anúncio para o acordo do ministro das Finanças, Nicolas Dujovne para reduzir obras públicas disse que o governo já tinha escolhido sair do “gradualismo” e aprofundar o ajuste. Além disso, a perda constante de reservas e pequenas intervenções descoordenadas do Banco Central no mercado de câmbio sem qualquer sucesso em conter o dólar parecem ter sido feitas mais para o benefício de determinados grupos especulativos e/ou para justificar a intervenção do FMI responsabilizando os ajustes a causas ou fatores externos. Isso combinado com o fato de que a decisão do apoio do Fundo não é puramente técnica; neste caso, trata-se de sustentar um governo – e uma experiência de transformação econômica – que é considerado a ponta de lança da ofensiva neoliberal na região.

Neste contexto, em junho foi firmado o primeiro Acordo *Stand-By* com o FMI para um empréstimo de 50.000 milhões de dólares estendidos por 36 meses com base em um plano econômico que estabelecia reduzir o déficit primário a zero até 2020 e o fortalecimento da autonomia do Banco Central. No entanto, alguns meses depois, uma nova corrida cambial ocorreu. No final de agosto, o peso foi desvalorizado em 15% em um dia, a taxa de juros chegou a 60% e a taxa de risco do país chegou a 780 pontos. Sob a pressão da crise, se negociou um segundo acordo, que aumentou o montante do empréstimo e, fundamentalmente, adiantou uma parte substancial do mesmo para o período de governo que lhe restava da coalizão governista. Os compromissos do governo assumidos nesse segundo acordo aprofundaram a redução do déficit fiscal anterior (o chamado déficit zero previsto para 2019, 2020 proporcionando um excedente sequer 1% do PIB). Da mesma forma, uma drástica redução da questão monetária, afirmando a opção de uma saída recessiva para controlar a inflação. E a política do Banco Central com livre flutuação do dólar e bandas de emissão permanentes e de vencimentos de curto prazo de títulos do tesouro (*Leliq*) com taxas muito altas de juros (atualmente mais de 70%) foi modificado. O acordo foi completado com uma maior interferência do FMI na determinação da política econômica e com uma reorganização de gabinete que reforçou o peso dos ministros mais confiáveis para o Fundo. Além disso, o FMI tem atualmente um grupo permanente instalado em um escritório na sede do Banco Central da República Argentina. Por outro lado, a vontade oficial de cortar gastos públicos foi vista na redução do nível dos Ministérios da Saúde e do

Trabalho para o nível de Secretarias de Estado.

Nossa história recente oferece lições valiosas sobre o que esses acordos com o FMI implicam. Diferentes governos argentinos assinaram três acordos Stand By nos anos 80; dois na década de 1990, mais dois no âmbito dos Acordos de Facilidade Ampliada; outro Stand By em 2001 e outro em 2003. Todos repetem o mesmo e falacioso diagnóstico. Eles sugerem que há demanda excessiva (consumo), resultado do que é considerado um alto gasto público. Neste quadro, para acessar o empréstimo, o FMI impõe um ajuste dos gastos para garantir o pagamento da dívida. Se trata, mais do que a redução dos gastos, mas sim sua reorientação. O orçamento para 2019 apresentado pelo governo reflete isso: por um lado, propõe cortes efetivos nos investimentos previstos a saúde, políticas sociais, educação e subsídios, enquanto prevê uma duplicação das despesas para o pagamento da dívida. A este respeito, embora o FMI tenha feito certo esforço para se diferenciar das medidas tradicionais, os parâmetros ajustados não estão fora do que já é habitual.

Além disso, os efeitos das medidas de ajuste e austeridade que orienta o FMI para garantir o pagamento da dívida são bem conhecidos também. O ajuste vai acentuar a diminuição da atividade, diminuição da arrecadação e a redução dos gastos públicos. O ajuste vai aprofundar e a economia vai entrar numa fase de recessão (como está sendo visto no terceiro trimestre desse ano), com mais desemprego, precarização e pobreza. Isso nos dá uma pista que tal ajuste permanente envolve um alto custo social para o povo, que terá menos educação, saúde,

emprego, políticas sociais, ciência e tecnologia. Não é preciso ir muito longe para descobrir: a Argentina no final de 2001 ou a Grécia recente (Katz, 2018). Uma economia de recessão e mais desemprego e menos geração de excedentes em um mundo que está em guerras comerciais, é o próximo resultado, como veremos nos seguintes pontos, um acréscimo da disputa sobre o excedente entre os setores dominantes e um crescente conflito social e político.



Tristán Basile/Patria Grande

A dinâmica da crise e os setores dominantes

Analisar as mudanças que estão passando pelos setores dominantes (do poder econômico) no contexto da crise atual leva necessariamente a considerar alguns elementos de processos semelhantes do passado. A saída da crise anterior de 2001 fez com que os setores produtivos conquistassem uma posição privilegiada dentro do bloco dos setores dominantes, enquanto aquelas relativas ao financiamento, oligarquia pampeana e os serviços públicos privatizados foram relativamente deslocados, com um papel secundário no político, embora com um peso significativo no econômico (Schorr, 2018). Como parte dessas tensões, a partir de 2008 e, particularmente, de 2012, com o surgimento e aprofundamento da crise global, as frações mais concentradas dos setores dominantes ligados aos interesses agrícolas, financeiros, do grande capital industrial transnacional e serviços, começaram a construir uma alternativa ao projeto neodesenvolvimentista. Este setor do grande empresariado conseguiu impor uma agenda dentro do bloco no poder que teve como pontos-chave: a redução de custos, especialmente salários; competitividade externa; maiores facilidades para capital financeiro; ajustes nos retornos relativos dos setores de serviços e energia; e, como uma exigência bastante ideológica, banir identidades políticas “populistas” em busca de uma “previsibilidade republicana” (López, 2018).

O êxito deste projeto do grande capital dependia das tensões e limites surgidos dentro da própria ordem social forjada pelos governos Kirchner. Como já assinalamos, a restrição externa; a inflação (que impediu tanto a consolidação de uma progressiva redistribuição de renda quanto a competitividade estável para os setores produtivos do capital); o reaparecimento do déficit fiscal e uma virtual estagnação do PIB, foram condições propícias para que este setor se impusesse ao bloco dominante como hegemônico e expressasse sua capacidade de liderança por meio da criação de espaços de negócios que aboliram diretamente pela política transportada pelo novo governo a partir de 2015 (López e Cantamutto, 2018).

Com o acesso ao poder estatal, o Cambiemos tomou as decisões na medida dos interesses dos grandes empresários: desvalorização acelerada do peso em favor de grande capital de exportação, ajuste feroz nas tarifas de serviços públicos para beneficiar os setores não-transacionáveis, liberalização dos controles cambiais e um aumento superlativo nas taxas de juros que quadruplicaram os lucros dos bancos e do capital especulativo transnacional. O problema central dessa estratégia de acumulação sustentada é que ela dependia de condições internacionais que não estavam mais em vigor; pelo contrário, como já assinalamos, hoje se acentua o fluxo de capital financeiro da periferia para o centro.

Nesse contexto, a eclosão da crise a partir de abril de 2018 implicou a reafirmação da posição dominante de capital que aposta nas finanças. Assim, a crise fortaleceu o interior

do bloco dominante para o setor dos bancos e corretores da bolsa, integrando as megacorporações produtivas que hoje preferem diversificar seu portfólio em ativos financeiros que rendem três ou quatro vezes mais que sua atividade principal. Nesse sentido, o financiamento refere-se não apenas a um setor da comunidade empresarial, mas também a uma lógica de operação econômica em que os grandes setores do capital podem participar e até mesmo em certas áreas e às vezes como ilusão ideológica também os setores médios e até mesmo a pequenos poupadores.

Com a crise de abril e o primeiro salto na desvalorização do peso, manifestaram-se os efeitos do tridente das políticas econômicas que favorecem esse bloco de capital financeiro: uma política monetária restritiva (com altas taxas de juros), a liberalização da mobilidade capital especulativo de curto prazo e flutuação completa da taxa de câmbio. Por suposto, é um desfalque dos cofres do Estado sem precedentes imediatos; devemos pensar nos anos da ditadura cívico-militar para encontrar um ponto de comparação em conformidade.

Nessa perspectiva, a dinâmica da crise econômica, ao reforçar o papel dominante do capital financeiro, suscitou tensões e validou as hegemonias dentro do bloco dos setores dominantes. De um lado, com o empreendedorismo produtivo, aquele que ocupou um lugar privilegiado no plano da política estatal durante os governos Kirchneristas. Enquanto este setor começou a levantar críticas à ordem econômica forjada pela ofensiva neoliberal, a sua fraqueza estrutural e as suas decisões

para apoiar o governo em 2015 implicava pouca capacidade de se distanciar da estratégia do grande capital financeiro e transnacionalizado. Por outro lado, as políticas monetária, cambial e fiscal que o governo propôs para resolver a crise acentuam a percepção de que o poder de lobby do grande capital financeiro é inevitável. Isso, no entanto, não significa que tenha uma capacidade absoluta de impor seus interesses. A crise também intensifica as disputas dentro dos setores dominantes para a distribuição do excedente. Neste sentido, as propostas promovidas pelo FMI para restaurar ou aumentar impostos (retenções) sobre exportações ou impostos sobre bens pessoais para melhorar as receitas fiscais e garantir, entre outras questões, o pagamento da dívida externa confrontaram-se com a resistência do complexo agroexportador que conseguiu, dentro da coalizão governante, moderar ou liquefazer essas iniciativas. Finalmente, a partir do contexto da emergência e a implantação da crise econômica do processo judicial conhecido como “Causa de los Cuadernos” supostamente a acusação e/ou processo de importantes e históricos empresários de obras públicas, incluindo muitos que conformavam o núcleo mais importante dos chamados grupos econômicos locais. Outro fato histórico de duas dezenas de grandes líderes empresários interpelados pelos tribunais tem efeitos sobre a competência intercapitalista, mesmo com derivações insondáveis, parece favorecer certos grupos empresariais locais e ao capital transnacional.

No entanto, as diferentes tensões dentro do bloco dominante intensificadas no contexto da crise não se transformaram em

disputas abertas. Diante dessa situação, as políticas promovidas pelo setor liderado pelo bloco dominante, com um governo completamente heterônomo àquela liderança e sob o controle exercido pelo FMI, representam uma grande recessão para reduzir a inflação, pulverizar o salário em dólares e aprofundar a intervenção em nossa economia de capital financeirizada transnacional. Nesse esquema, não deveria ser estranho que Larry Kudlow, diretor do Conselho Econômico da Casa Branca, tenha levantado há alguns meses que a solução para a crise argentina é ligar o peso ao dólar. Isso sugere que há negociações sobre uma reestruturação monetária envolvendo um modelo fixo de conversibilidade do peso-dólar, ou mesmo se menos provável, uma dolarização da nossa economia. Mas esta é certamente uma opção que dependerá da evolução e dinâmica que a crise adquire no futuro e como ela influencia as tensões dentro dos setores dominantes que analisamos. Um processo que não ocorre no vácuo, mas também se expressa no campo das representações políticas e do Estado e do qual influenciam as ações e lutas dos sujeitos populares. Vamos examinar essas dimensões mais de perto.



Bárbara Leiva/Patria Grande

Da crise da política à crise política?

A aplicação das transformações neoliberais na época do gradualismo e do aprofundamento do ajuste com a chegada da crise foram sustentados por uma construção ideológica que articulou diferentes narrativas, algumas forjadas nos anos prévios e outras que atualizaram identidades liberais do passado. Narrativas que interpelam e buscam reconfigurar as subjetividades sociais surgidas frente a uma crise estatal e social que as próprias transformações neoliberais promovem e acentuam. E eles fazem isso a partir de um arsenal de propaganda e tecnologias de comunicação com a ação coordenada dos grandes grupos da mídia e importantes equipes de intervenção nas redes sociais. O caráter e diversidade desses dispositivos e estratégias, utilizados em uma forma combinada, é um pequeno exemplo dos recursos que desdobra a ofensiva neoliberal a nível regional e global (Ceceña, 2013; Boron, 2012; Korybko, 2018).

Assim, a justificativa das políticas de ajuste como correção necessária ao “desperdício do populismo” do governo anterior se utiliza também para buscar convencer os setores médios e trabalhadores da impossibilidade de viver em cima das possibilidades individuais. Nessa direção, o próprio governo afirmou a importância de sustentar a mudança econômica com uma mudança cultural em que os sujeitos são auto-responsáveis por seu destino diante de ajustes considerados necessários e inevitáveis e onde são promovidas as figuras do empreendedor

e do empresário de si mesmo. (Murillo, 2018a).

Por outro lado, a luta contra a corrupção se transformou em uma bandeira central do governo quando a crise se aprofundou, com o início da chamada “Causa de los Cuadernos” no início de 2018 e que, de modo similar a “Lava Jato” brasileira, sinaliza uma associação ilícita entre empresários locais e funcionários do governo anterior no financiamento de obra pública, incluindo a ex-presidenta Fernández de Kirchner que está ameaçada, por esta e outras causas, com a prisão preventiva. Certamente a corrupção entre Estado, política e poder econômico tem uma história tão longa como do mercado, e tem sido também uma ferramenta própria dos grupos econômicos locais para defender seus interesses. Em contrapartida, as bandeiras da anticorrupção constituem um dos núcleos discursivos das organizações internacionais das últimas décadas na interpelação e fortalecimento da sociedade civil como suporte às transformações neoliberais contra o Estado.

Mas isso não significa que essas transformações sejam contraditórias com a corrupção; nos anos 90, eles marcharam juntos, e hoje altos funcionários do governo são acusados dos mesmos crimes. A mesma luta contra a corrupção, associada a um tratamento punitivo, de linha dura e socialmente discriminadora (o delito e o delinquente) estimulou processos de violência intersubjetiva, xenofobia e fascismo social. Eles, com a possibilidade de um aprofundamento da crise e o que aconteceu nas eleições no Brasil, estimular o jogo político de determinados setores da energia (de auto-governo e outros

setores conservadores) estão propensos a apostar na construção de um “Bolsonaro “ para a Argentina.

Nessa chave, a administração do novo direito também implicava uma renovação dos mecanismos de coerção. Por um lado, a promoção de casos judiciais (em associação com serviços de inteligência e grandes meios de comunicação) sobre ex-funcionários, líderes sociais e sindicais; uma prática que tem sido chamada de “lawfare” ou judicialização da política e que se caracteriza por transformar a lei criminal liberal ao aplicar a prisão sem completar o processo judicial e sem uma firme convicção. Por outro lado, o reforço e modernização do aparelho repressivo avançaram e a partir de 2017 foi verificado um aumento da política repressiva; ambos sobre os povos mapuches do sul do país que custaram as vidas de Santiago Maldonado e Rafael Nahuel, bem como nas mobilizações das grandes cidades e nos bairros populares. Na mesma linha, as tentativas iniciais de diminuir as condenações dos crimes contra a humanidade da ditadura militar passada se projetaram em meados de 2018, quando a crise já havia iniciado, no decreto presidencial que avançou o fortalecimento da intervenção das Forças Armadas na ordem doméstica, de acordo com as recomendações promovidas pelos EUA.

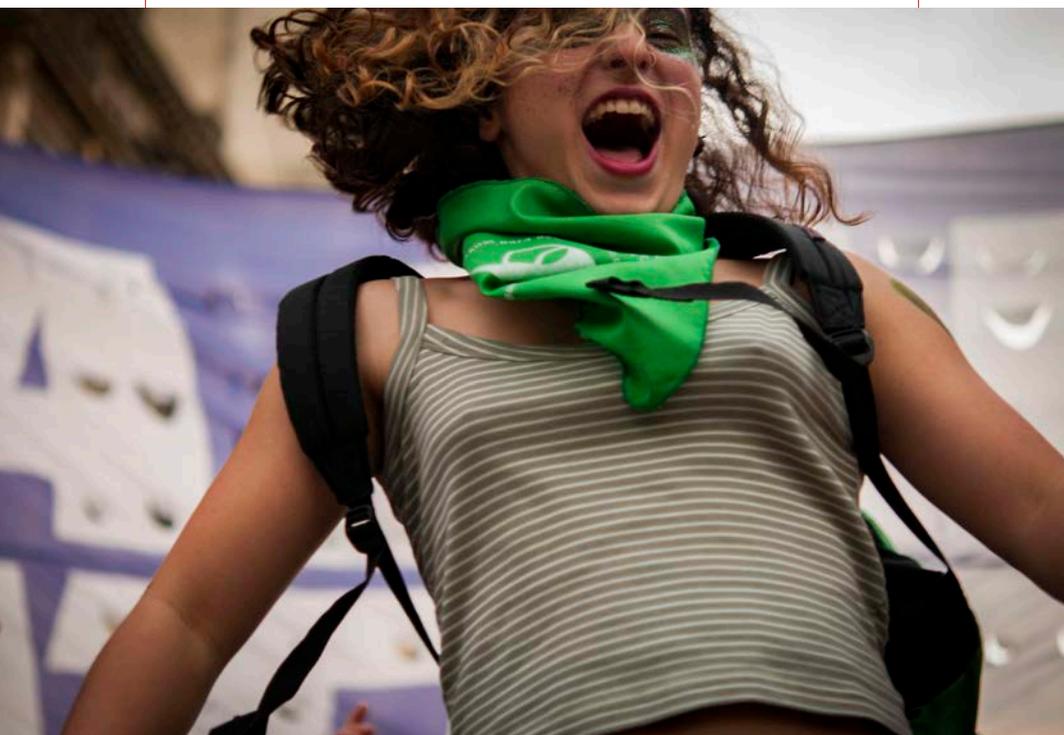
Todas estas breves observações mostram que a reformulação na relação entre Estado e mercado, que promove o neoliberalismo é também um processo de desdemocratização e Estado desnacionalização, formas de governo e da sociedade, como aconteceu nos anos 90. Ao mesmo tempo, destaca as

peculiaridades que neste processo, caracteriza a ofensiva neoliberal atual, com dimensões de violência, autoritarismo e securitários modelos de exceção (Boron, 2003 Quijano, 2000; Murillo, 2018b)

Por outro lado, a acentuação da crise econômica e social também afetou a diminuição do apoio social ao governo, embora hoje ainda pareça atingir, segundo pesquisas recentes, cerca de um terço da população. Mas a tendência decrescente do apoio social do governo estimulou a aparição pública de tensões, conflitos e rearranjos nas instituições e representações políticas; dentro do Poder Judiciário, com diversas iniciativas de reorganização de forças no campo da oposição partidária e inclusive dentro da própria coalizão governista entre seus parceiros próximos e partidos. Uma dinâmica estimulada e orientada para as próximas eleições presidenciais em outubro do próximo ano. Esse horizonte eleitoral, no entanto, não significa fechar a possibilidade de que a agitação social e o aprofundamento do ajuste não resultem em uma crise política antes, em particular, se a deterioração da situação econômica for acentuada. Nessa direção, a agitação social cresceu ao longo de 2018 em relação ao ano anterior e, em particular, intensificou-se desde o início do período de crise, como veremos na próxima seção. Neste contexto, não podemos esquecer que a experiência dos movimentos populares do passado recente na Nossa América construiu uma proposta de resolução da crise neoliberal do Estado e da política a partir de uma transformação institucional profunda baseada em uma ampliação da democracia com chave protagonista, participativa e direta.



Bárbara Leiva/Patria Grande



Bárbara Leiva/Pátria Grande

Os sujeitos populares e o conflito social

Nem o crítico cenário econômico nem a intensificação da repressão devem nos fazer perder de vista o fato de que a mobilização popular tem um peso específico e uma forte capacidade de estabelecer agendas. Quatro greves gerais com adesão total dos sindicatos mais importantes do país, imensas mobilizações e paralisações trabalhistas das mulheres e inúmeros protestos setoriais e sociais marcaram as ruas da Argentina em 2016 para esta parte. Sem dúvida, a luta de rua heterogênea, desigual e combinada é uma das formas de expressar o descontentamento dos setores populares. No entanto, isso não se traduz diretamente na construção de um bloco político-eleitoral que consegue canalizar o mesmo descontentamento nas pesquisas. A força das ruas, a união e a organização social sólida e heterogênea e a dispersão política podem ser a síntese que descreve a situação do campo popular argentino.

Em 25 de setembro, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) chamou a segunda greve geral de 2018 e a quarta desde 2016. A medida tinha uma maciça complacência, conseguiu expressar uma rejeição das políticas de ajuste e da dívida, enquanto condensada em uma única medida, a crescente mobilização nacional pela renegociação dos salários. As filiais da Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) e as organizações da Confederação dos Trabalhadores da Economia Popular (CTEP)

convergiram. As três ferramentas sindicais mais importantes do país, que agrupam as diferentes formas de trabalho, fizeram parte da greve geral. É que o mapa sindical argentino é tão complexo quanto fragmentado. Desde 2003, a taxa de sindicalização cresceu para chegar hoje em torno de 37%, pelo qual, a Argentina continua sendo um dos países com a taxa de sindicalização mais elevada, em comparação com a média de 25% na América do Sul. Além disso, há três sindicatos, a CGT, CTA e CTEP, cada um associado a um momento histórico e uma forma de trabalhar. Ao mesmo tempo, todos com correntes internas ou fraturas (como CTA, agora dividida em três áreas) e expressões políticas que vão desde a esquerda até a ortodoxia peronista. E embora ninguém apoie publicamente a mudança do modelo econômico, seus métodos variam do silêncio expectante até o confronto, expressando posições que variam de negociadores a setores radicalmente críticos.

Jorge Duarte, especialista em questões sindicais, afirma que é o movimento operário industrial do interior que hoje mantém um perfil mais combativo e unitário. Nas zonas industriais de Córdoba, Santa Fé e Grande Buenos Aires, a crescente onda de demissões, demissões e fechamento de fábricas levou a grandes mobilizações com barreiras nas estradas. Por exemplo, o setor Metalúrgico declarou que em cinco meses eles tiveram 3 mil demissões e 10 mil suspensões; em Córdoba, as empresas automotivas já contam com 4 mil suspensões e estimam uma redução de 50% em sua capacidade produtiva. Em todos esses casos, a exacerbação da crise social aumentou o nível de conflito e os níveis de coordenação entre os sindicatos. Tal perfil de

confronto entre sindicatos começou a pressionar os governos nacionais, até este ano defendidos por uma “oposição de diálogo” em relação ao governo. Nesse processo, a CGT hoje é atravessada pelo fortalecimento de uma linha mais conflituosa representada pela Corrente Federal dos Trabalhadores e pelo Sindicato dos Caminhoneiros, que lançaram agora a Frente Sindical do Modelo Nacional. Com o slogan “O país está em perigo”, a Frente aparece como um ator político-sindical que busca transcender a resistência das ruas para participar das eleições em 2019.

Ao mesmo tempo, os últimos meses foram marcados pela mobilização de várias corporações associadas ao trabalho na área pública agrupados no CTA, e hoje profundamente afetados pelo esgotamento de diversas áreas estaduais e recusas de negociar salários em linha com a inflação. Durante o mês de agosto, os professores universitários lideraram uma luta pelos aumentos salariais e orçamentários; Ela foi acompanhada por estudantes com ocupações em mais de 10 universidades no país, que tiveram um dos seus momentos mais importantes de fechamento em uma demonstração nacional maciça. Da mesma forma, sindicatos de professores e trabalhadores da educação encenaram uma série extensa de conflitos e mobilizações, particularmente na Província de Buenos Aires; e os médicos e agentes de saúde promoveram diferentes protestos, formando um amplo movimento multissetorial pelo direito à saúde que promoveu a marcha federal em defesa da saúde pública; assim também lutas importantes ocorreram na administração pública contra demissões e políticas de ajuste.

Para completar o mapa do conflito sindical, um terceiro ator é a chave, o “outro” movimento operário. Estes são os trabalhadores excluídos da economia formal, despossuídos e, desde 2010, agrupados no CTEP, chamados por alguns, de trabalhadores “CGT dos excluídos”, precários e de subsistência. Uma expressão de como o mundo do trabalho foi fragmentado e reorganizado sob o capitalismo neoliberal. Para este “outro”, o ano de 2018 foi um ano cheio de marchas (como a marcha Federal de terras, habitação e do Trabalho e vigília 8 de agosto de Dia de San Cayetano) e uma série de realizações no ano. Entre eles, o aumento na quantidade de complemento salarial Social (de \$ 4.400 em dezembro de 2017 para \$ 6.000) ou falar para colocar de pé os circuitos de reciclagem urbana com inclusão social, mesmo em um contexto de agravamento da pobreza. Por outro lado, as inúmeras declarações públicas e reuniões entre os CTEP e alguns setores da CGT indicaram a discussão da sindicalização dos trabalhadores excluídos. Na atual conjuntura, a discussão sobre a relação entre o sindicato e o político também foi atualizada. Desde seu início, o CTEP buscou priorizar sua ancoragem sindical antes de posições político-ideológicas. Nesse contexto, realizou a construção de alianças setoriais com outras organizações, como a Corrente Clasista e Combativa e a Barrios de Pie, o chamado “tridente de San Cayetano”. O aparecimento do governo de Cambiemos e a distinção da ofensiva neoliberal de um “inimigo comum” promoveram a exploração de expressões políticas em torno da economia popular e de outros setores afetados pelas políticas governamentais.

Pouco entenderíamos as características das mobilizações de 2018 se não levássemos em conta as lutas das organizações feministas. Desde 3 de junho de 2015, o movimento feminista e feminino vem crescendo em radicalidade e massa. Naquele dia, “Ni Una Menos” (Nem Uma a Menos) foi o slogan que conseguiu massificar o repúdio à violência sexista na Argentina. Em outubro de 2016, as mulheres fizeram a primeira greve geral contra o governo Macri; A medida tornou-se internacional com a “Women’s International Strike”, uma articulação que hoje liga mulheres de 200 cidades ao redor do mundo. Claro, muito desde 2018 foi marcado pela luta pela legalização do aborto que, na noite de 8 de Agosto atraiu cerca de 2 milhões de pessoas nas ruas de Buenos Aires. Os três processos de ativação sintetizam um fenômeno de massa: a mudança de percepção da violência sexista, desigualdade de gênero e os direitos das mulheres para decidir sobre seus próprios corpos e desejos. Os protagonistas deste fenômeno são, sem dúvida, jovens e adolescentes, portanto, Luciana Peker (2017) fala da “revolução das filhas.” Podemos dizer que este processo é uma “nova onda” feminista, e que a coordenação internacional de ação direta e exigências, é um de seus dados básicos. A outra informação é dada pelo fato de que muitos dos marcos desta “quarta onda” (a #Metoo ou #Elenao, por exemplo) têm governos neoliberais e medidas conservadoras ou retardatários para seus discursos, como parceiros centrais. Retornando à Argentina, podemos dizer que, além de jovens, são as mulheres dos sindicatos e todos os partidos políticos e movimentos sociais, incluindo atrizes e mulheres da cultura, que deram força para este movimento social, heterogêneo como maciço. Todo mundo

sabe, no entanto, que dentro deste movimento coexistem várias políticas e estratégias atuais, e hoje é uma questão em aberto como essa potência se traduz politicamente.



Bárbara Leiva/Patria Grande

Dilemas de um futuro próximo

Até agora, delineamos as diferentes dimensões e tensões assumidas pela crise que está se desdobrando hoje na Argentina e que, longe de estar concluída, parece estar em um período inicial. Olhando para o futuro, em relação à situação econômica, a previsão mais otimista prevê uma diminuição progressiva, mas lenta, das taxas de inflação elevadas. Isso, em um contexto recessivo que possivelmente continuará até o início do segundo trimestre do próximo ano. Mas, por outras perspectivas, são apontados os limites de uma política anti-inflacionária de caráter recessivo, particularmente no que diz respeito a serviços e bens cujos preços são fixados em mercados monopolistas. Por outro lado, a política de novo endividamento público em pesos a altas taxas de juros expõe novamente a economia argentina a qualquer mudança nos fluxos financeiros internacionais que possa levar a um novo ciclo de corrida cambial, desvalorização e salto inflacionário. Se isso acontecer, não é impossível precipitar uma crise política que modifique o horizonte eleitoral do próximo ano e as atuais reconfigurações dentro do vasto e diverso campo da oposição política e da classe dominante que examinamos.

No entanto, mesmo no contexto de redução do apoio social, o governo obteve a aprovação do orçamento público de 2019 na Câmara dos Deputados, orçamento elaborado com base nos compromissos assumidos como FMI e que, como já mencionamos,

propõe uma sensível redução do gasto social público com o chamado “déficit zero”. Esta validação parlamentar graças ao voto de um setor de grupos não-governamentais (membros do Partido Justicialista) ocorreu enquanto nas ruas adjacentes do Congresso as forças de segurança dispersaram e perseguiram as colunas de organizações sindicais, sociais e políticas que estavam manifestando-se contra o referido orçamento numa reedição do que aconteceu com a reforma da previdência no final de 2017.

Nesse sentido, a dinâmica da situação política no futuro também será condicionada pela ação que os sujeitos populares e suas diferentes organizações podem implantar; particularmente, se o mal-estar social resultante da combinação de inflação e recessão nos próximos meses se traduzir em processos de ativação social amplos e convergentes. Como apontamos, no contexto da crise de 2018, a agitação social se intensificou e surgiram diversas experiências de articulação, na rua e entre organizações. No entanto, além de estabelecer certos limites ou alcançar certas conquistas particulares, esse período de lutas sociais não bloqueou as políticas de ajuste promovidas pelo governo. Nem uma força unificada emergiu hoje, que, do ponto de vista da política e das urnas, representa uma clara oposição às políticas neoliberais em curso, com capacidade de contestar eleitoralmente o governo. Essas tensões são projetadas como perguntas para o futuro próximo.

Finalmente, numa perspectiva mais longa, as transformações estruturais que levam a cabo políticas neoliberais do governo

e, em particular, o enorme e pesado endividamento externo, representam um condicionamento forte que projeta para além das próximas eleições presidenciais em outubro de 2019, e que alimenta as expectativas dos setores dominantes que, se necessário, uma mudança de sinal político ocorre sem uma mudança de política. Isto representa um desafio especial para os movimentos populares.

A implantação da ofensiva neoliberal em níveis regionais e globais parecem destacar a estreita ligação entre os processos de concentração de renda e riqueza, a deterioração das condições de vida de largas franjas sociais, a conversão da democracia e regimes de direito liberais em regimes autoritários, militarizados e de violência social. A urgência da defesa da vida democrática e das condições de dignidade humana sinaliza para as perspectivas críticas também a necessidade de aprofundar e reinventar radicalmente os horizontes emancipatórios.





Bárbara Leiva/Pátria Grande

Bibliografía Belloni, Paula y Wainer, Andrés (2018). ¿Lo que el viento se llevó? La restricción externa en el kirchnerismo. En Schorr, Martín (comp.). *Entre la década ganada y la década perdida. La argentina kirchnerista. Estudios de economía política*. Buenos Aires: Editorial Batalla de Ideas.

Boron, Atilio (2003). *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso.

Boron, Atilio (2003). *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Ed. Luxemburg

Ceceña, Ana Esther (2013) *La dominación de espectro completo en América Latina*. Disponible en <http://www.geopolitica.ws/document/la-dominacion-de-espectro-completo-sobre-america/>

ITIS BsAs (Instituto Tricontinental de Investigación Social, oficina Buenos Aires) 2018 Documento de trabajo N° 1 “La ofensiva neoliberal en Argentina. Apuntes para una caracterización”, mimeo
ITIS BsAs (Instituto Tricontinental de Investigación Social, oficina Buenos Aires) 2018 Debate de Coyuntura: Crisis en la Argentina actual. Disponible en https://gallery.mailchimp.com/6a79324d3b4acfde1e7e546c6/files/8a65d99f-0245-4384-840f-55565ec12d8b/Debates_de_coyuntura_la_crisis_en_Argentina.pdf

Katz, Claudio (2015). La Ceo-cracia en acción. Disponible en <https://katz.lahaine.org/la-ceocracia-en-accion/>

Katz, Claudio (2018) “Al borde del abismo”. Disponible en <https://katz.lahaine.org/b2-img/ALBORDEDELABISMO.pdf>

Korybko, Andrew (2018). *Guerras híbridas – das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular.

López, Emiliano (2018). *Qué fue de la hegemonía desarrollista? Tiempos de transición y nuevas posiciones al interior del bloque de poder en Argentina*. *Cuadernos de Economía Crítica*; Vol. 4, Nro 8, 15 - 41.

López, Emiliano y Cantamutto, Francisco (2018). El orden social kirchnerista entre la economía y la política. En Schorr, Martín (comp.) *Entre la década ganada y la década perdida. La Argentina kirchnerista. Estudios de economía política*. Buenos Aires: Editorial Batalla de Ideas.

Murillo, Susana (2018a) “Construcción de hegemonía y procesos de subjetivación en el arte de gobierno neoliberal”. En Guido Galafassi y Florencia Ferrari (Compiladores) *Disputas, Hegemonía y Subjetividad*, Ranelagh: Extramuros Ediciones, Theomai, GEACH.

Murillo, Susana (2018b) “Democracia, neoliberalismo y estado de Excepción”. En: Melisa Campana y José G. Giavedoni (Comps.) *Estado, gobierno y gubernamentalidad. Neoliberalismo y Estado de excepción en Nuestramérica*. Rosario: Pegues.

Peker, Luciana (2017) *La revolución de las mujeres*. Villa María: EDUVIM.

Quijano, Aníbal (2000) “Colonialidad del poder, globalización y democracia”. Disponible en <https://rrojasdatabank.info/pfpc/quijano2.pdf>

Schorr, Martín (2018). *Entre la década ganada y la década perdida. La Argentina kirchnerista*. Buenos Aires: Editorial Batalla de Ideas.

Seoane, José. (2018). “Ofensiva neoliberal y resistencias populares: una contribución al debate colectivo sobre el presente y el futuro de los proyectos emancipatorios en Nuestra América”. En José Seoane, Emilio Taddei y Clara Algranati *Movimientos sociales e internacionalismo en nuestra america. Del ciclo de conflictividad y cambios sociopolíticos a la ofensiva neoliberal actual*. Buenos Aires. Ed.Luxemburg. Disponível em <http://gealyc.blogspot.com/>

Foto na capa | *Wacha* : somos um coletivo de intervenção artística no espaço público baseado na cidade de La Plata, Buenos Aires, Argentina. Nossas obras são coletivas porque as produzimos em diálogo com os outros, mas acima de tudo, porque nelas assumimos lutas históricas que nos transcendem e as entregamos às ruas para serem tomadas e interpretadas. *Wacha* constrói identidade da cultura popular e do movimento feminista, nacional e latino-americano, buscando um estilo criativo que seja crítico, organizado e transformador, focado na arte de rua.

Facebook: [WACHA](#) | Instagram [@cortewacha](#)

tricontinental

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio
de las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizado por
movimentos, com foco em estimular o debate
intelectual para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org